



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_28_Janeiro_2026

1. AMBIENTE - GOVERNO VAI DAR VOUCHERS PARA PAINÉIS SOLARES, Correio da Manhã, 28/01/2026	1
2. ENERGIA - Governo desbloqueia 41 GW de pedidos de ligação à rede, Negócios, 28/01/2026	3
3. AVIAÇÃO - RYANAIR REAFIRMA ADEUS AOS AÇORES, Negócios, 28/01/2026	5
4. Partos em ambulâncias dispararam e 80% foram em Lisboa e no Centro, Público, 28/01/2026	6
5. Já há acordo e social-democrata Francisco Brito vai liderar a Anafre, Público, 28/01/2026	7
6. Distantes em tudo, só a recusa à lei laboral juntou Seguro e Ventura, Público, 28/01/2026	8
7. SNS. A PARTIDARIZAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES HOSPITALARES - O ASSALTO DO PSD AOS HOSPITAIS, Sábado, 28/01/2026	12
8. SISTEMA FINANCEIRO - Banca quer dar 1,8% de aumento salarial após anos de jackpot nos lucros, Negócios, 28/01/2026	17
9. Novo código contributivo fragiliza apoios no trabalho não declarado, Negócios, 28/01/2026	18
10. Seguro "incapturável" frente a Ventura cancelado" pela direita, Negócios, 28/01/2026	21
11. Domésticos - Registrar trabalhadores valeu 109 euros por contribuinte, Público, 28/01/2026	23
12. Espaço público - A maioria das fardas não tem nódoa, Público, 28/01/2026	25
13. LISBOA. AUTARCA REVOLTADA SAI DO CHEGA - A VEREADORA CONTRA BULLYINGE TACHOS, Sábado, 28/01/2026	26
14. Mudanças no Subsídio de Mobilidade deixaram "toda a gente estupefacta", Diário de Notícias, 28/01/2026	30

ID: 121270234

28-01-2026

Economia

Ministra
do Ambiente,
Maria
da Graça
Carvalho,
explicou
os programas
no parlamento

MINISTRA DO AMBIENTE ANUNCIA

Governo vai dar 'vouchers' para painéis solares



MARCOS BORGIA / LUSA

INCENTIVOS Apoio a veículos elétricos também vai ter nova edição com mais 20 milhões de euros

♦ **RESÍDUOS** Sacos de plástico leves vão ser substituídos por materiais duradouros no próximo ano

Raquel Oliveira

● O Governo vai lançar em breve um programa de incentivo à compra de painéis solares, através da atribuição de 'vouchers', à semelhança do E-Lar, que permite às famílias substituírem fogões, fornos e termoacumuladores a gás por elétricos. O anúncio foi feito ontem pela ministra do Ambiente numa audição na Assembleia da República, tendo avançado igualmente com uma data para o fim dos

sacos de plástico leves, usados na venda a granel de frutas e legumes: 1 de janeiro de 2027.

"Lançaremos em breve (...) um apoio à aquisição de equipamentos para a minigeração fotovoltaica", afirmou Maria da Graça Carvalho, concretizando que será "um programa com características semelhantes ao E-Lar, com emissão de 'vouchers', neste caso destinados à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis pelas famílias."

A segunda fase do E-Lar

PROGRAMA E-LAR AINDA ESTÁ ABERTO, TENDO ENTREGUE MAIS DE 47 MIL VALES ATÉ AGORA

contabilizava, até sexta-feira, perto de 68 mil candidaturas, tendo sido emitidos mais de 47 mil 'vouchers', mantendo-se o concurso ainda aberto.

Também o programa de incentivo à compra de veículos elétricos vai ter uma nova edição, depois da procura no final do ano passado ter esgotado a

verba em apenas seis horas. "O Governo autorizou, na última reunião do Conselho de Ministros, o Fundo Ambiental a abrir um novo concurso para veículos elétricos ligeiros, com uma dotação de 20 milhões de euros", acrescentou Maria da Graça Carvalho.

No âmbito da gestão dos resíduos, também anunciou o fim dos sacos de plásticos leves, que deverão ser substituídos por materiais duradouros, numa primeira fase, sem custos para os consumidores.

AMBIENTE P.22

**GOVERNO VAI DAR
'VOUCHERS' PARA
PAINÉIS SOLARES**

ID: 121269636

28-01-2026

ENERGIA

Governo desbloqueia 41 GW de pedidos de ligação à rede

Pedidos de ligação à rede no continente somam cerca de 41 gigawatts. Executivo avança com procedimento excecional de atribuição de capacidade para dar previsibilidade ao investimento em energia e indústria.

PATRICIA VICENTE RUA
patriciarua@negocios.pt

O Governo decidiu criar uma única Zona de Grande Procura (ZGP) de eletricidade no continente, concentrando todos os pedidos de ligação à rede atualmente existentes, que totalizam cerca de 41 gigawatts, revelou a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, na Comissão de Ambiente e Energia.

Segundo a governante, a dimensão e dispersão dos pedidos levou o Executivo a optar por um modelo integrado, no qual todas as solicitações passam a ser avaliadas em conjunto, permitindo uma gestão mais eficiente da capacidade disponível e procedimentos "mais claros, transparentes e previsíveis".

"O volume de solicitações é tão grande em todo o país que decidimos criar uma única zona de grande procura para todo o continente, para que todos os pedidos sejam avaliados de forma integrada", afirmou a ministra aos

“

O volume de solicitações é tão grande em todo o país que decidimos criar uma única zona de grande procura para todo o continente.

MARIA DA GRAÇA CARVALHO
Ministra da Energia



Ministra da Energia avança com a criação de uma única Zona de Grande Procura.

deputados, acrescentando que já foi assinado o despacho que dá início ao procedimento excecional de atribuição de capacidade.

A reformulação das ZGP surge num momento de forte pressão sobre a rede elétrica, impulsionada pelo crescimento da produção renovável, pela expansão da mobilidade elétrica, pelo interesse em projetos de armazenamento e pelo aumento da procura industrial, incluindo centros de dados e novos investimentos eletrointensivos.

A ministra enquadrará esta decisão num conjunto mais vasto de medidas destinadas a reforçar a competitividade da economia e a acelerar a transição energética. Entre elas estão a extinção do mecanismo de equilíbrio concorrencial ("clawback"), com impacto direto na redução de custos para consumidores e empresas, e a eliminação da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE) para novos investimentos na rede elétrica, prevista no Orçamento do Estado para 2026.

Em paralelo, o Governo está a desenvolver as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), destinadas a aumentar rapidamente a capacidade de produção renovável, reduzindo conflitos com o uso do território e encurtando prazos de licenciamento.

Com a criação de uma ZGP única e o lançamento de um procedimento excecional de atribuição de capacidade, o Executivo procura atacar um dos principais bloqueios ao investimento no setor energético: o acesso à rede. O objetivo, segundo a ministra, é alinhar a expansão das infraestruturas elétricas com as prioridades de política energética e industrial, num contexto de crescente eletrificação da economia. ■

ID: 121269636

28-01-2026

Famílias vão ter apoio à mini-geração fotovoltaica

Sacos de plástico leves desaparecem em 2027. Alternativas não vão ter custos para os consumidores

O Governo está a preparar um novo apoio à aquisição de equipamentos de mini-geração fotovoltaica destinado às famílias, com o objetivo de incentivar a produção descentralizada de eletricidade renovável e reforçar o autoconsumo, revelou a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, na Comissão de Ambiente e Energia.

Segundo a governante, o novo programa terá características próprias e não deve ser confundido com o E-Lar, funcionando como um instrumento autónomo, orientado especificamente para a produção de energia solar em contexto doméstico. O apoio deverá recorrer a um sistema de vouchers, à semelhança de outros mecanismos já em vigor, permitindo às famílias adquirir equipamentos para produção de eletricidade renovável.

A iniciativa insere-se na estratégia de aceleração da transição energética e de reforço do papel dos consumidores no sistema elétrico, num contexto de crescente eletrificação da economia e de pressão sobre a rede. A aposta na mini-geração fotovoltaica pretende contribuir para a redução da fatura energética das famílias e para uma maior resiliência do sistema, através da produção distribuída.

Em paralelo, o Governo mantém em execução o programa E-Lar, direcionado para a eficiência energética e o combate à pobreza energética. Na sua segunda fase, financiada pelo PRR, o E-Lar conta com uma dotação de 60,8 milhões de euros, depois de uma primeira fase de 30 milhões de euros, tendo já recebido cerca de 68 mil candidaturas e permitido a emissão de mais de 47 mil vouchers.

A ministra sublinhou que a separação entre os dois instrumentos — um focado na eficiência dos equipamentos domésticos e outro na produção de energia renovável — visa tornar os apoios mais claros, eficazes e ajustados aos diferentes objetivos de política energética definidos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030. ■ PVR

Os sacos de plástico leves deixarão de ser utilizados em Portugal a partir de 1 de janeiro de 2027, sendo substituídos por alternativas mais sustentáveis. Segundo a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, a medida insere-se na revisão do Regime Geral de Gestão de Resíduos e tem como objetivo reduzir o impacto ambiental dos plásticos

de uso único, sem criar novos encargos diretos para os consumidores. “A substituição será feita sem taxar os portugueses”, disse na Comissão de Ambiente e Energia. A decisão visa acelerar a transição para soluções reutilizáveis ou biodegradáveis e alinhar o mercado com os objetivos da economia circular, num contexto de maior exigência ambiental e regu-

latória a nível europeu. No mesmo âmbito, o Governo está a alterar o enquadramento da Taxa Geral de Resíduos, cuja receita tem vindo a aumentar progressivamente devido ao crescimento das quantidades enviadas para aterro. A alteração prevê que a receita passe a ser canalizada para investimento no setor dos resíduos.



ID: 121269658

28-01-2026

AVIAÇÃO

**RYANAIR REAFIRMA
ADEUS AOS AÇORES**

A companhia aérea de baixo custo Ryanair reafirmou ontem que vai abandonar a operação nos Açores a partir de 29 de março devido às “elevadas taxas aeroportuárias” e à “inação” do Governo português. ■

Partos em ambulâncias dispararam e 80% foram em Lisboa e no Centro

Inês Schreck

INEM registou 60 partos em meios de emergência e 23 na rua em 2025. Norte e Alentejo foram as regiões com menos casos

Nunca houve tantos bebés a nascer em ambulâncias ou na via pública, e a esmagadora maioria dos casos aconteceu nas regiões do centro e de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2025, o INEM e os parceiros do sistema de emergência médica foram chamados a intervir em 277 partos em contexto pré-hospitalar, dos quais 23 ocorreram na rua e 60 em meios de socorro. Desde o início do ano, já houve pelo menos mais dois bebés nascidos em trânsito, pela mão dos bombeiros da Moita e de Vila Nova de Milfontes.

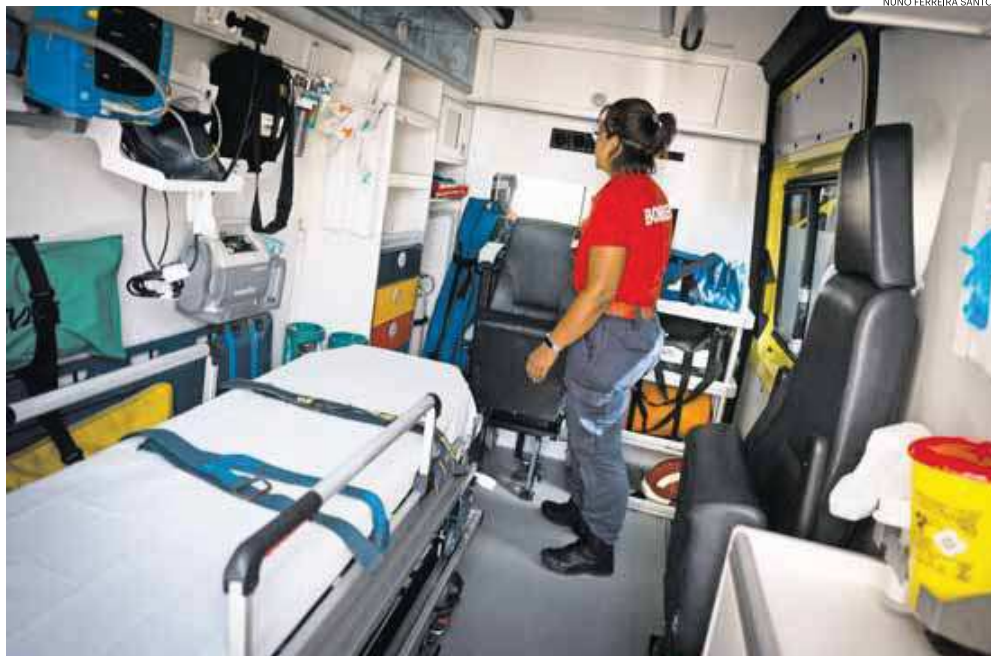
Os dados, enviados ao PÚBLICO pelo INEM, confirmam uma tendência desenhada ao longo de 2025. E embora tenha havido um aumento dos partos na via pública (de 17 para 23), foi nas ambulâncias que se registou o maior crescimento: passaram de 28 em 2024 para 60 em 2025, uma subida de 114%.

Num zoom a estas ocorrências por regiões, percebem-se as mais problemáticas: dos 83 partos em ambulância e na via pública com intervenção das equipas de emergência médica, 36 ocorreram em Lisboa e Vale do Tejo e 30 no Centro (80%). O Algarve contou sete ocorrências, enquanto o Norte e o Alentejo cinco cada.

Para o presidente da Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (CNSMCA), Caldas Afonso, os resultados mostram que o problema não é a distância que as utentes têm de percorrer até às maternidades, mas sim a falta de acompanhamento das gravidezes, em consultas de seguimento nos cuidados primários ou no hospital.

Referindo-se ao Norte, que registou apenas cinco partos em ambulância e nenhum na via pública em 2025, Caldas Afonso nota que “uma grávida de Montalegre está a duas horas das maternidades de Vila Real ou de Braga, numa estrada de curvas”. Por isso, defende, os números do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo “têm claramente que ver com a falta de orientação da grávida”, que é feita nos centros de saúde – LVT tem mais de 1,1 milhões de utentes sem médico de família – e também nos hospitais.

Ao longo da gestação, explica Caldas Afonso, na consulta de seguimento da gravidez, as grávidas vão sendo preparadas para o momento do par-



Em 2025, houve 277 partos fora dos hospitais com intervenção do INEM e dos bombeiros

to, para os sinais a que têm de estar atentas. “Não ficam em casa à espera de que rompa a bolsa de águas ou de ter contracções de dez em dez minutos”, refere, notando que é essa informação que não está a chegar às pessoas. A isto acresce “o aumento da população imigrante, muitos ainda por legalizar, que não tem o acompanhamento necessário”, assegura o médico. “Admira-me é os números do Algarve”, reage Caldas Afonso, considerando-os baixos face às dificuldades da região.

O presidente da CNSMCA afasta assim da equação os problemas com as urgências de obstetria que se têm verificado com mais intensidade em Lisboa e Vale do Tejo e na região de Leiria, obrigando as ambulâncias a percorrer mais quilómetros para darem uma resposta à grávida.

Esta foi também a conclusão de um estudo feito pela Direcção Executiva do SNS a pedido do Ministério da Saúde. A análise que então foi feita aos 70 partos que tinham ocorrido fora dos hospitais, entre Janeiro e 20 Novembro de 2025, revelou que apenas seis poderiam ter sido evitados se as urgências mais próximas estivessem abertas. O relatório concluiu também que o aumento dos partos registados pelo INEM poderá dever-se a um maior uso da Linha SNS24. Uma tese que o INEM parece agora corroborar, ao realçar que “o aumento de pedidos” de socorro para partos fora dos hospitais “coincide com a criação da Linha SNS Grávida”.

Este ano já há notícia de pelo menos dois partos em ambulâncias. Um no dia 7 de Janeiro foi feito pelos Bombeiros da Moita (concelho da Anadia), a corporação que no ano passado bateu um recorde inimaginável ao realizar 15 partos; e outro no dia 25 no Alentejo. Segundo a RTP, a grávida estava a ser transportada pelos bombeiros de Vila Nova de Milfontes para o Hospital de Beja, a 104 quilómetros, mas o parto ocorreu a meio do caminho, no Cercal do Alentejo, com o apoio de uma equipa da ambulância suporte imediato de vida de Odemira.

Voltando aos números do INEM

para uma comparação com os anos anteriores. Os 277 partos fora dos hospitais com intervenção do INEM representam uma subida de 23% face a 2024 (225 partos). E, face a 2022, ano em que se começaram a tornar mais evidentes as carências na obstetria, o aumento é de 53%.

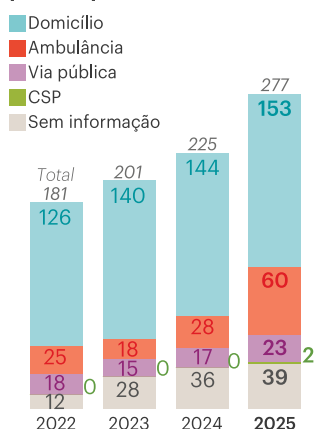
Partos em casa a crescer

Dos 277 partos extra-hospitalares apoiados pelo INEM, 153 foram partos no domicílio. O número total de partos em casa é muito superior – cerca de 800 por ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística –, mas há cada vez mais casos a motivar o auxílio do INEM: em 2022 foram 126, em 2023 subiram para 140 e em 2024 voltaram a crescer (144).

A tendência já foi abordada com preocupação pela ministra da Saúde. Em Setembro, Ana Paula Martins frisou no Parlamento que um “parto em casa nunca é seguro”, apesar de poder existir essa ideia, e salientou que, se não existirem desfechos fatais, “é porque o INEM chega a tempo”.

O INEM salienta que os números “não representam o total de partos fora do ambiente hospitalar em Portugal” porque há casos em que o socorro não é accionado e que, por isso, não são registados pelo instituto. E nota que “os partos em contexto pré-hospitalar sempre se verificaram, por diversas razões”, nomeadamente a chamada tardia para o 112 ou situações em que o parto já é iminente no momento do pedido de ajuda.

Partos em contexto pré-hospitalar



Fonte: INEM

PÚBLICO

Já há acordo e social-democrata Francisco Brito vai liderar a Anafre

O presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico de Évora vai presidir à associação, numa lista em que também estão incluídos autarcas do PS, CDU e independentes

Adriana Castro

Está fechado o acordo que assegura ao PSD a presidência da Associação Nacional de Freguesias (Anafre). Aquele partido assinou, em conjunto com o PS, CDU e independentes uma carta-compromisso com uma agenda política e legislativa para os próximos quatro anos que, além da distribuição de cargos, fixa metas concretas para o reforço financeiro, administrativo e político das freguesias, com impacto que esperam poder ficar já previsto no Orçamento do Estado para 2027.

O social-democrata e arquitecto de 38 anos, Francisco Branco de Brito, presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico de Évora, eleito pelo PSD, sucede assim a Jorge Velloso, que liderava a Anafre desde Março de 2022. Este entendimento foi alcançado a poucos dias do congresso electivo da associação, marcado para este fim-de-semana em Portimão, entre 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro, e assegura a apresentação de uma lista única.

A presidência da Anafre foi reclamada pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro, logo na noite das eleições autárquicas, a 12 de Outubro, por ter sido o PSD o vencedor em número de freguesias. Esta é uma regra que não está escrita, mas que costuma ser cumprida. O PSD também conquistou o maior número de autarquias, estando agora o presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão, eleito pelo PSD, a presidir à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Francisco Branco de Brito, em declarações ao PÚBLICO, destaca: “É importante referir que a Anafre tem um princípio fundador que é o da convergência entre as diferentes forças políticas e que quem ganha as autárquicas preside à associação.”

O acordo prevê, ainda assim, uma repartição partidária dos principais órgãos. O PSD vai presidir ao Conselho Directivo (com nove “vices” do partido, nove do PS, dois da CDU e um independente), o PS ao Conselho Geral e a CDU ao Conselho Fiscal. O entendimento com os autarcas independentes decorreu através da Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes.

O socialista Ricardo Marques, presidente da Junta de Freguesia de Benfica (Lisboa), que se tinha mos-



Depois de ter conquistado o maior número de freguesias, o PSD garante a presidência da Anafre, tal como já tinha assegurado a da ANMP

A Anafre tem um princípio fundador que é o da convergência (...) e que quem ganha as autárquicas preside à associação

Francisco Brito
Presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico de Évora



trado disponível para assumir a presidência e afirmava ter garantido apoio maioritário dos delegados, ficará com a primeira vice-presidência. Ao PÚBLICO, explica que o PS se dispôs a abdicar da liderança com o compromisso de que seria celebrado um “acordo escrito que extravasasse aquilo que é o próprio âmbito funcional da Anafre”. “Nós podíamos, de facto, fazer aqui um finca-pé e ganharíamos, por certo, no sentido de votos, mas eu penso que ninguém ganhava com isso”, afirma.

Francisco Branco de Brito nota que o acordo reflecte o “princípio fundador” da Anafre de “convergência entre as diferentes forças políticas”, e assume como prioridade a reforma administrativa das freguesias.

Lei das finanças locais

A carta de compromisso a que o PÚBLICO teve acesso tem como “prioridade absoluta” a revisão da lei das finanças locais, com o aumen-

to progressivo da participação das freguesias nos impostos do Estado – IRS, IRC, IVA – dos actuais 2,5% para 5% “num horizonte máximo de cinco anos”: 1% em 2027 e 0,5% por ano até atingir os 5%. Está também prevista a revisão dos critérios de distribuição do Fundo de Financiamento das Freguesias, valorizando factores como “a proximidade, a área territorial, o envelhecimento da população e as funções efectivamente exercidas”.

Outro dos eixos centrais é a revisão do Estatuto do Eleito Local até 2027, uma reivindicação antiga. O objectivo é adequar o estatuto à “crescente complexidade” das funções exercidas, garantir que os autarcas não são “penalizados na sua vida profissional pelo exercício de funções públicas” e actualizar remunerações e protecção social.

O acordo também inclui a revisão do regime de acesso ao crédito, permitindo às freguesias recorrer a empréstimos de médio e longo prazo

para investimento, em condições semelhantes às dos municípios.

Ao mesmo tempo, prevê-se o acesso efectivo das freguesias aos fundos comunitários, com avisos específicos no âmbito do Portugal 2030 e de quadros financeiros futuros a partir de 2027. “As freguesias têm a impossibilidade de recorrer a crédito e não conseguem concorrer a fundos europeus, a não ser para espaços do cidadão. E isto precisa de ser alterado”, defende Francisco Branco de Brito, que reivindica uma maior participação das freguesias na resposta a problemas como o da habitação.

Para Lisboa, onde as freguesias têm uma dimensão maior do que o habitual, o acordo inclui a actualização das transferências financeiras em linha com a subida do salário mínimo.

O compromisso agora assinado será apresentado no congresso deste fim-de-semana como base programática da direcção para 2026-2029.

2 • Público • Quarta-feira, 28 de Janeiro de 2026



De Penamacor à Batalha, os concelhos mais seguros e difíceis de vencer à segunda volta

Seguro teve mais de 40% dos votos em 15 concelhos e Ventura apenas num. Candidatos terão de fazer um esforço maior no Norte e Centro para conquistarem votos na segunda volta

Ana Bacelar Begonha

A fragmentação de candidaturas na primeira volta das presidenciais não permitiu a nenhum dos candidatos à segunda volta, António José Seguro e André Ventura, terem uma vitória expressiva na maioria dos concelhos do país. Há, assim, muitos votos por distribuir entre os adversários no Norte e Centro do continente que vão determinar o desfecho da segunda volta.

Na primeira volta, Seguro conseguiu acumular mais de 40% dos votos em 15 concelhos distribuídos por sete distritos e uma região autónoma. Foi no distrito de Castelo Branco que o socialista conquistou mais concelhos com uma votação elevada – Covilhã, Belmonte, Fundão, Penamacor, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão –, tendo chegado aos 71,3% em Penamacor, de onde é natural.

Seguro teve ainda mais de 40% dos votos em Santa Maria de Penaguião (Vila Real), Baião (Porto), Castanheira de Pêra e Caldas da Rainha (Leiria), onde vive há vários anos, Gavião (Portalegre), Alandroal (Évora) e

Alcoutim (Faro). Nos Açores, a julgar pelos resultados da primeira ida às urnas, os concelhos mais seguros para o candidato apoiado pelo PS deverão ser o Corvo e Vila do Porto.

Por sua vez, Ventura só ficou acima de 40% dos votos no concelho de São Vicente (43,59%), na região autónoma da Madeira, onde, aliás, ficou em primeiro lugar em todos os concelhos. Já o antigo líder do PS ganhou em todos os concelhos da Guarda e de Coimbra, tendo potencialmente mais apoiantes nesses distritos também na segunda volta.

Mais difíceis de conquistar devem ser os concelhos em que acima de 60% dos eleitores optaram por votar nos candidatos que não passaram à segunda volta. A norte, trata-se de concelhos em Vila Real (Boticas), Braga (Esposende), Porto (Maia e Porto) e Viseu (Sernancelhe), mas sobretudo em Aveiro, apesar de Seguro ter vencido nesse distrito: Arouca, Sever do Vouga, Murtosa, Aveiro, Vagos, Oliveira do Bairro e Anadia.

No centro do país, Seguro e Ventura terão de fazer um esforço maior para agregar votos em concelhos de Leiria (Pombal, Leiria, Batalha,

Alvaiázere e Pedrógão Grande) – também apesar da vitória de Seguro no distrito –, assim como em Santa-rém (Ourém) e Castelo Branco (Oleiros e Vila de Rei). Já no distrito de Lisboa, o desafio coloca-se sobretudo em Cascais, Oeiras e Lisboa, e nos Açores regista-se a Calheta.

Desafio é menor a sul

Seguindo esta lógica, o concelho com mais pessoas que ainda terão de ponderar o voto é o da Batalha, já que 53,87% dos eleitores preferiram outros candidatos. E será sobretudo complicado para Seguro, tendo em conta que o líder do Chega ficou em primeiro lugar a 18 de Janeiro.

De uma forma geral, a zona sul do país deverá ser mais fácil para ambos os candidatos, destacando-se ainda cinco concelhos que tiveram menos de 30% de votos nos adversários da primeira volta. Cinco deles correspondem aos concelhos onde Seguro tem mais votação – Alandroal, Gavião, Idanha-a-Nova, Belmonte e Penamacor (que registou apenas 13,96% de votos noutros candidatos) – e o outro é Moura (Beja), onde Ventura

Cotrim não vota branco nem Ventura

João Cotrim Figueiredo anunciou ontem que não votará em branco na segunda volta das eleições presidenciais, apesar de considerar que a escolha saída da primeira volta é “péssima para os portugueses”. O antigo líder da Iniciativa Liberal disse compreender quem optará por essa via, mas afastou-a para si, depois de, na sexta-feira, já ter garantido que não votaria em André Ventura. Ou seja, uma vez que não votará em branco nem em Ventura, o eurodeputado deixa implícito que irá votar em António José Seguro. Cotrim disse ainda que o “autêntico desfile de apoios a um único candidato [Seguro]” acaba por favorecer o líder do Chega. **L.B.**



ficou em primeiro lugar, embora com uma votação abaixo de 40%.

Quer isto dizer que presumivelmente a grande maioria dos votos da primeira volta ainda estão por distribuir entre os dois candidatos, sobretudo no Norte, no caso de Seguro, e no centro do país. Tudo dependerá da participação eleitoral, já que as sondagens apontam para uma vitória do socialista.

É o caso da sondagem de 23 de Janeiro do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa para o PÚBLICO, RTP e Antena 1, que mostra que Seguro reúne 70% das intenções de voto, ao passo que Ventura regista 30% das preferências dos eleitores.

A maioria dos inquiridos estão até decididos a votar, e em Seguro. Ainda assim, existe o perigo de assistirmos a um fenómeno de “abstenção pela certeza de vitória” na segunda ida às urnas, como sinalizaram especialistas em sondagens ao PÚBLICO. Isto é, de o eleitorado não participar por estar convencido de que Seguro vai vencer. Ciente dessa possibilidade, o antigo líder do PS tem apelado à mobilização eleitoral a 8 de Fevereiro.





Dez dias na estrada

Campanha para a segunda volta arranca com Seguro focado em políticas e Ventura na rua

Adriana Castro

Depois de meses de pré-campanha, que se intensificou em Janeiro com o período oficial de campanha para a primeira volta das presidenciais, António José Seguro e André Ventura prepararam-se para mais dez dias de estrada para a segunda volta, que hoje arranca oficialmente. Nenhum dos candidatos divulgou ainda o roteiro detalhado das acções, mas não se perspectiva uma alteração drástica na forma como cada um faz campanha: Seguro mais focado em temas concretos e Ventura com forte aposta na rua.

Só ontem parecem ter coincidido na estratégia: para se prepararem para o debate televisivo, não tiveram agenda durante o dia.

Analisando os 13 dias de campanha prévios à primeira volta, António José Seguro fez uma campanha intensa, num percurso que passou pelo Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Centro e Norte do país e com várias iniciativas por dia, combinando arruadas, comícios — transmitidos em directo nas plataformas da candidatura —, sessões temáticas e visitas institucionais, e colocando no centro do discurso temas como a saúde, o ambiente, a igualdade e a legislação laboral.

Entre os dois períodos oficiais de campanha, o ritmo da candidatura abrandou. Na última semana, António José Seguro foi parco em iniciativas de campanha. Nos poucos dias em que teve algum evento, preferiu encontros institucionais — centrados em áreas como a saúde, a defesa, a segurança, e o combate à corrupção, reunindo-se com especialistas e representantes de diferentes sectores — e não fez qualquer arruada. Uma mudança de filosofia da campanha justificada com o clima, mas que também indicia uma intenção de mostrar um perfil mais estadista, de quem já prepara o tempo em Belém.

Foi já neste período que o candidato começou a dirigir mensagens mais directas às instituições, defendendo maior transparência na aplicação da lei do lobby e avisando que acompanhará de perto os investimentos previstos na área da defesa. Reafirmou ainda a intenção de vetar o pacote de alterações à lei laboral, caso lhe seja apresentado "tal como está", deixando alguns recados ao Governo e ao primeiro-ministro, Luís Montenegro.

Foram também dias de amealhar apoios, que surgiram sobretudo da direita, de sociais-democratas a centristas, passando pelos liberais, depois de os partidos à esquerda se terem pronunciado logo a seguir à noite eleitoral.

Os próximos dez dias são, porém, uma incógnita. A presença de Seguro chegou a estar pré-anunciada para um encontro na Universidade Lusíada na manhã de hoje, mas acabou por não ser confirmada. Terá um almoço em Lisboa com personalidades da área da cultura e, em princípio, uma outra acção, ainda por revelar, durante a tarde. Para já, são apenas conhecidos os distritos para acções nos próximos dias: Setúbal, Santarém, Aveiro, Porto e Braga. Em que eventos ao certo... não se sabe.

Mercados e arruadas

Já André Ventura, líder do Chega e adversário de Seguro na segunda volta, manteve nos últimos dias a sua presença visível no terreno, repetin-

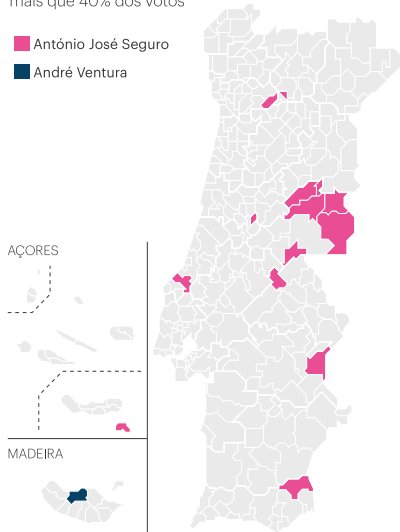


Começa hoje o período oficial de campanha para a segunda volta das eleições presidenciais de 8 de Fevereiro

Em que concelhos os votos estão mais seguros?

Onde Ventura ou Seguro tiveram mais que 40% dos votos

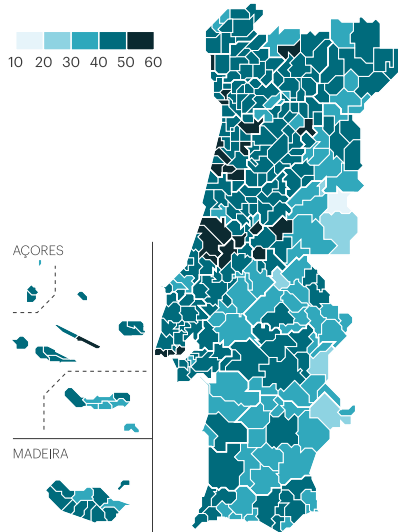
António José Seguro
André Ventura



Votos por distribuir

Soma da percentagem de votos nos candidatos que não passaram à segunda volta

10 20 30 40 50 60



Fonte: mai.gov.pt

PÚBLICO

Frente-a-frente

No debate do “empadão”, só a recusa à lei laboral do Governo juntou Seguro e Ventura

Joana Mesquita e Maria Lopes

Seguro procurou passar imagem de que está preparado, Ventura voltou a tentar colar o adversário à herança do PS

O único embate televisivo entre António José Seguro e André Ventura nesta derradeira corrida presidencial foi quase um *remake* do primeiro debate entre ambos em Novembro, embora com mais elevação: o primeiro candidato procurou passar a imagem de um candidato preparado para o lugar de Presidente da República, a puxar pela experiência em várias áreas e por propostas concretas que já apresentou como deputado há 15 anos; o segundo tentou colar o adversário à herança do PS e mostrar que não tem ideias nem se quer comprometer com medidas concretas. Para isso, questionaram-se directamente sobre questões-chave como a saúde, a imigração ou os poderes presidenciais.

A campanha eleitoral parece ter tornado ambos mais assertivos, mas também mais senhores da posição antagónica em diversos temas. Seguro manteve uma atitude presidencial, recusando cair na tentação de responder às provocações de Ventura, e este também conseguiu resistir, na maior parte do tempo, ao discurso provocatório que é a sua imagem de marca apostando numa imagem mas moderada. Ainda assim, a par e passo, o também líder do Chega fez questão de apontar Seguro como “cúmplice” das políticas e legado do PS e de questionar como é que tenciona liderar o país se nem o partido foi capaz de unir, enquanto o socialista procurou demarcar-se dizendo que foi à sua vida durante mais de uma década.

Inevitavelmente, Seguro acabou o debate a garantir querer unir e ser Presidente “de todos os portugueses” e Ventura a prometer “um abanão na democracia”. Só Seguro trouxe uma novidade: o seu primeiro Conselho de Estado será sobre segurança e defesa.

Num debate segmentado por temas, Ventura foi, no entanto, quem procurou misturar assuntos, mais uma vez socorrendo-se das muletas habituais, introduzindo os temas da imigração e da corrupção aqui e ali, o que levou Seguro a dada altura (estava a falar-se de imigrantes) a lamentar a “política do empadão”



Frente-a-frente entre os dois candidatos à Presidência da República vincou diferenças

António José Seguro acabou o debate a garantir querer unir e ser Presidente “de todos os portugueses” e André Ventura a prometer “um abanão na democracia”. Só Seguro trouxe uma novidade: o seu primeiro Conselho de Estado será sobre segurança e defesa

com que o adversário “mistura tudo”.

Há dois assuntos que se cruzam: quando foram questionados sobre os poderes presidenciais, ambos admitiram a sugestão de demissões ao primeiro-ministro, tendo o exemplo apontado sido o da ministra da Saúde. O que significa que Ana Paula Martins poderá ser o centro das atenções numa reunião de quinta-feira em Belém. Ventura assumiu mesmo que daria essa ordem caso haja problemas persistentes, enquanto Seguro quer ser “o Presidente das soluções”, insistindo na exigência de resultados.

Aliás, é por isso que dispensa qualquer revisão constitucional para dar mais poderes ao chefe de Estado. E Ventura aproveita para clarificar que quer rever o texto fundamental, mas para poder aplicar soluções para o combate à corrupção como a criminalização do enriquecimento ilícito e evitar acumulação de subvenções vitalícias. Benesse (de 300 mil euros) que Seguro aproveita para dizer que recusa.

André Ventura defendeu ainda que é necessário alterar a Constituição para acabar com nomeações partidárias para altos cargos do Estado – o que originou nova discordância, embora Seguro tenha garantido que consigo não haverá “nomeações partidárias”.

Ventura quis saber se Seguro “acha que faz sentido” o procurador-geral da República ser nomeado pelo pri-

meiro-ministro e o antigo líder do PS, concordando com o actual modelo de nomeação, retorquiu: “Qual é a alternativa?” O líder do Chega respondeu que a solução poderia passar por uma nomeação feita “dentro da corporação do Ministério Público”, o que levou Seguro a perguntar a quem é que o procurador responderia nesse caso. “Se calhar [responde] mais facilmente do que ao Governo”, atirou Ventura, antes de Seguro rematar: “Está a ver a sua impropriedade para Presidente?”

Na imigração, novo embate. Depois de ter sinalizado que “devemos controlar e regular a entrada de imigrantes” e a “integração”, Seguro apontou que “se fossem embora os imigrantes, a agricultura parava”. Já o líder do Chega defendeu que só é precisa mão-de-obra imigrante – que “não pode significar substituição populacional” – porque os salários pagos aos portugueses são miseráveis.

Foi só nas alterações propostas pelo Governo à lei laboral que os dois candidatos concordaram, já que ambos criticaram o documento actual. André Ventura admitiu que, se o anteprojecto do Governo “se mantiver tal como está”, “não passará”. António José Seguro, que já dissera vetar o pacote tal como está, disse ter a “expectativa de que haja evolução e diálogo” e assumiu que, se a UGT chegar a um acordo com o executivo, tenderá a promulgar o diploma.

Frases

Não se trata apenas de escolher um Presidente. Trata-se também de escolher e definir que caminho queremos ter para o país (...). Quero ser um Presidente que cuida do nosso chão comum

Não sou capturável. Serei um Presidente independente. Comigo as ideologias ficam à porta

Se chegar o decreto [da reforma laboral] inicial do Governo, vetarei politicamente, porque não resolve nenhum problema

António José Seguro

Vimos este rodopio de supostos apoios ao dr. António José Seguro, [que] levanta sérias dúvidas [sobre] se António José Seguro não ficará capturado por estes interesses todos que querem manter e sustentar o sistema

O Governo sabe que António José Seguro não vai ser exigente. Querem um Presidente que seja uma espécie de rainha de Inglaterra

Se [a reforma laboral] chegar assim, não passará

André Ventura



Distantes em tudo, só a recusa à lei laboral juntou Seguro e Ventura

Presidenciais Último debate soou a repetição • Os concelhos onde é mais fácil e mais difícil ganhar Destaque, 2 a 4



O ASSALTO DO PSD AOS HOSPITAIS

Em 14 das 19 administrações hospitalares que o Governo mudou, mesmo em casos com bons resultados, o presidente escolhido tem ligações ao partido – e nem sempre tem experiência. Confiança política e pressão das estruturas locais explicam.

Por **Bruno Faria Lopes** e **Rita Rato Nunes**

Corria 2020 quando a distrital do PSD na Guarda disparou sobre as nomeações feitas pelo Governo do PS para a Unidade Local de Saúde (ULS) da região. A administração da ULS que presta cuidados a cerca de 145 mil pessoas tinha duas figuras ligadas aos socialistas, incluindo o presidente da conselho do PS na Guarda – o PSD denunciava “a politização inadmissível das instituições”.

Mas em fevereiro de 2025, o Governo da AD nomeou para a liderança da mesma ULS da Guarda uma jurista e militante do PSD – Rita Figueiredo –, que coordenava o departamento jurídico da ULS e passara por cargos em autarquias laranja. “Orgulho no

Conselho de Administração da ULS da Guarda!”, elogiou o PSD local no Facebook há dois meses, comentando a inauguração de um serviço hospitalar. Rita Figueiredo agradeceu “todo o apoio da estrutura política do PSD Distrital da Guarda (...) e o incansável trabalho da nossa deputada [do PSD] Dulcineia Catarina Moura”.

A escolha de pessoas ligadas aos partidos para as administrações dos hospitais públicos não é uma inovação do PSD, mas o Governo chefiado por Luís Montenegro intensificou a prática com uma vaga de substituições e, em alguns casos, exonerações. Desde outubro de 2024, o Governo mudou a administração de 19 ULS, pondo militantes, autarcas e gestores do PSD a presidir a 14 des-

O Governo mudou a administração de 19 ULS. Destas, 14 ficaram nas mãos de militantes do PSD

O GOVERNO NOMEOU PARA A ULS DA GUARDA UM JURISTA MILITANTE DO PSD, EM FEVEREIRO DE 2025

tas unidades. Juntando outro caso ligado ao CDS, na ULS do Minho, as nomeações com ligações aos partidos do Governo pesam 79%. Em nove casos, os presidentes dos conselhos de administração agora substituídos tinham ligações ao PS ou aos governos de António Costa.

Com mais alterações em curso em equipas de gestão cujo mandato terminou no fim do ano passado, o Governo terá em breve mudado as chefias de dois terços das 39 ULS. A acumulação de ligações partidárias é notória desde as primeiras nomeações, mas tem aumentando ao longo do processo sem que à primeira vista seja claro o critério. “O Governo tem legitimidade para implementar a sua estratégia, mas”

ID: 121270379

28-01-2026



Em algumas substituições, como em São José [Lisboa] ou em Coimbra, é muito difícil perceber o que aconteceu, porque os administradores eram pessoas reconhecidas e que estavam a entregar resultados", aponta Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares. Na ULS de Gaia/Espinho, que recuperou sob a anterior gestão de Rui Guimarães, os próprios clínicos resistiram à sua substituição.

Em março do ano passado, Pedro Pita Barros, economista da Saúde, sintetizou no blogue *Momentos Económicos* o desempenho de quatro das ULS alvo de mudança – Amadora-Sintra, Tâmega e Sousa, Gaia/Espinho e Almada-Seixal – para concluir que em todas o desempenho global era positivo. "As decisões de substituição das equipas de gestão devem ter sido tomadas com base em informação mais abrangente, incluindo dados qualitativos, que provavelmente não são partilháveis publicamente", especulou o economista, notando a opacidade nas escolhas. "Se queremos um SNS mais transparente e eficiente, é de esperar que as mudanças na liderança das ULS sejam também justificadas com critérios técnicos e evidência objetiva", indicou.

A ministra Ana Paula Martins afirmou no ano passado ao *Público* que os resultados na prestação de cuidados de saúde e a performance económico-financeira

Mudança na administração da ULS de Gaia provocou mal-estar e demissões na radiologia

França

Os gestores hospitalares são quase sempre recrutados através da escola de saúde pública, garantindo formação

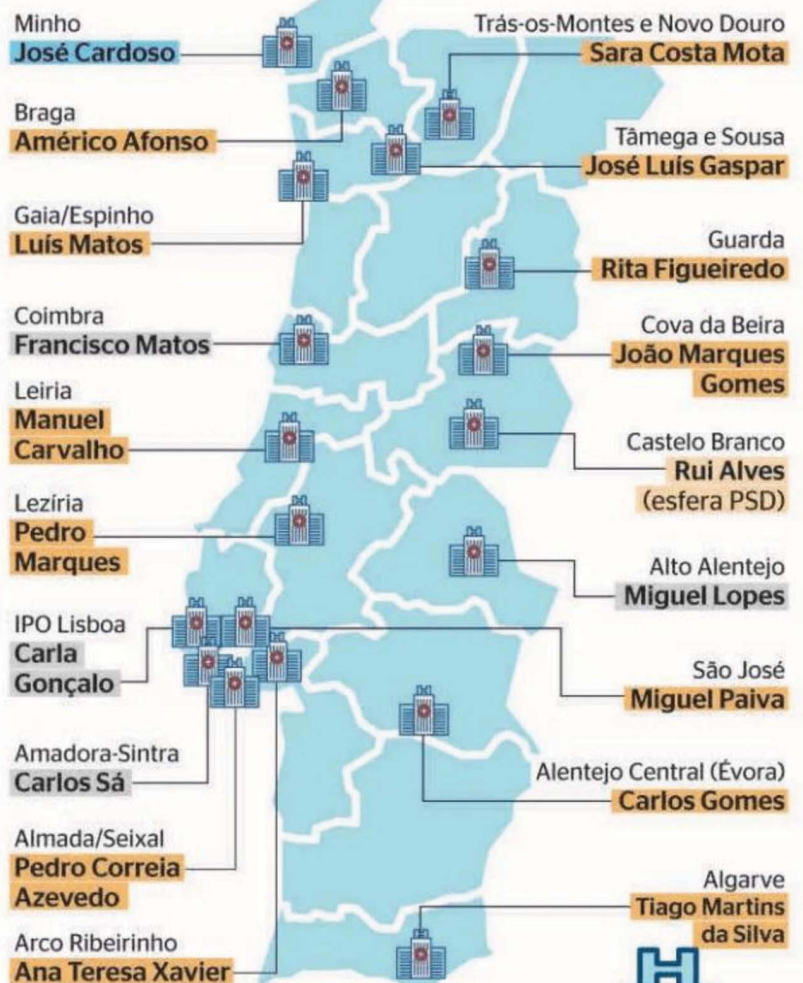
"NAS UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ (LISBOA) E COIMBRA É DIFÍCIL PERCEBER O QUE ACONTECEU"

Varridela laranja de norte a sul

Em mais de três quartos das mudanças nas administrações das ULS, o presidente nomeado tem ligações ao PSD ou ao CDS. Oito dos 13 novos presidentes dos conselhos de administração com cartão laranja foram substituir alguém ligado ao PS. Há oito alterações em curso*

i Ligação partidária

PSD CDS-PP Indeterminada



*Nordeste (Bragança), Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real), S. João (Porto), Santo António (Porto), Matosinhos, Médio Tejo (Abrantes), Litoral Alentejano (Santiago do Cacém) e Baixo Alentejo (Beja)

Fonte SÁBADO

R.S.

"não são o único fator" a contribuir para a decisão de substituição das administrações, mas não explicou quais são os outros critérios – sobre o mediático caso de Gaia disse apenas que foi para "evitar as estrelas" da gestão (os resultados entretanto caíram –

ver mais à frente). Nos bastidores da Saúde, a perceção é que as substituições obedecem sobretudo a dois critérios não assumidos.

O primeiro é a pressão dos aparelhos partidários, neste caso o do PSD. "Em 2017 o PS da Guarda retirou-me a confiança política

ID: 121270379

28-01-2026



porque não aceitei pôr na ULS uma pessoa do partido indicada por eles”, exemplifica o ex-ministro Adalberto Campos Fernandes. A direção executiva do SNS poderia ser um ponto de despartidarização das escolhas, mas o seu presidente, o economista Álvaro Almeida, é do PSD (tal como a ministra Ana Paula Martins).

O segundo critério é o mais importante: o governo procura confiança política, o que significa alguém que cumpra as orientações governativas com um orçamento insuficiente e que não levante problemas. Uma fonte do setor, que preferiu o anonimato, mencionou uma reunião de vários representantes do setor com Montenegro, na qual este sublinhou que teria de haver “uma perfeita sintonia com o Governo”.

Em Coimbra, por exemplo, a escolha para suceder a Alexandre Lourenço – que tem bons resultados – não é uma pessoa do PSD, mas um médico (Francisco Matos) que integra a direção executiva do SNS e que, por isso, colhe confiança no plano político.

Nas equipas que veem mudanças da noite para o dia sem aviso nem explicação, a desorientação é grande – a ULS Almada-Seixal, que tem o hospital Garcia da Orta, foi um exemplo. “O trabalho estava a correr bem, as equipas estavam unidas e os indicadores estavam a melhorar”, relata um clínico. “Houve uma celeuma grande porque ninguém deu explicações. Soubemos que a admi-

nistradora [Teresa Luciano] foi demitida por telefone, sem mais”, continua o mesmo médico.

Para substituí-la foi escolhido um médico e militante do PSD, Pedro Correia Azevedo, sem experiência de gestão. “Não é que esteja a correr mal, e nas reuniões está sempre a dar-nos os parabéns, mas nota-se que não há vontade política para ir mais além”, diz a mesma fonte,

Confiança, mas e o CV?

A exigência de confiança política tem de encaixar num currículo e perfil compatível com a complexidade de gerir empresas com centenas de milhões de euros de orçamento, que prestam um serviço a milhares de pessoas. Sem recurso a um concurso, como acontece no Reino Unido, é a es-

▲ Ana Paula Martins e Luís Montenegro este mês na inauguração da sede da direção executiva do SNS, Porto

Ingllaterra

Os administradores são selecionados através de concursos públicos ou por empresas de recrutamento especializadas

O avaliador

A Cresap sobre o presidente da ULS de Castelo Branco

O candidato “revelou ser uma pessoa assertiva, empática, (...) boa comunicadora e orientada para resultados”, indicou a entidade que avalia pessoas para altos cargos.

A análise do CV, onde não há experiência em Saúde, e o **autoquestionário** ajudaram a Cresap a dar luz verde.

O parecer não vinculativo **foi “adequado”**.

**GOVERNO
PROCURA
GESTORES
QUE
CUMPRAM
ORIENTA-
ÇÕES E NÃO
LEVANTEM
PROBLEMAS**

trutura governativa que procura pessoas nas suas redes de contactos, tipicamente enviesadas.

“Hoje o que se faz é encontrar um presidente de conselho de administração que tenha alguma proximidade com a área da Saúde, já nem digo com a hospitalar, e que tenha o tal ingrediente da confiança política”, descreve o ex-ministro Adalberto Campos Fernandes. “Mas empresas com relevância e complexidade tão grande requerem competências comprovadas”, diz. Em alguns casos, os nomeados com ligações ao partido têm experiência e reputação – Miguel Paiva, por exemplo, nomeado para substituir a socialista Rosa Valente Matos no São José, em Lisboa, tem boa imagem no setor. Outros não.

À frente da ULS da Cova da Beira (Covilhã), que gere 122 milhões de euros e serve 80 mil pessoas, ficou o militante do PSD João Marques Gomes, um académico que leciona na área da Saúde, sem experiência hospitalar. Em Castelo Branco foi nomeado, com apoio do PSD local, Rui Amaro Alves, um “geógrafo [doutorado no Técnico em Geografia e Planeamento do Território] que ninguém percebe como veio aqui parar”, aponta fonte hospitalar. As fontes ouvidas pela SÁBADO notam com perplexidade que os nomes tiveram de passar pelo crivo da CRESAP, a entidade que avalia os candidatos a altos cargos públicos.

Há, também, trânsito entre o mundo autárquico – sobretudo no interior – e os hospitais. Na ULS do Tâmega e Sousa, que gere um orçamento de 400 milhões, foi colocado José Luís Gaspar, que esgotou no ano passado o limite de mandatos como autarca do PSD em Amarante (tem três anos na gestão de um hospital, entre 2002 e 2005).



ID: 121270379

28-01-2026



❶ O gestor e presidente da ULS de Braga é representante do PSD na Assembleia Municipal e fez campanha pelo partido nas redes sociais

❷ Carlos Mateus Gomes foi candidato do PSD à Câmara de Arraiolos nas últimas Autárquicas, em outubro. Perdeu a eleição e no fim do mesmo mês foi nomeado para presidir à ULS do Alentejo Central (que inclui o hospital de Évora e 14 centros de saúde). Na sua equipa, o cargo de enfermeiro-diretor também é de um social-democrata convicto: Emanuel Boieiro. Em Braga, Américo dos Santos Afonso era primeiro secretário da Assembleia Municipal de Braga pelo PSD e membro da concelhia do partido – o militante, com percurso na gestão hospitalar, doou 5 mil euros ao PSD na campanha das legislativas de 2022, de acordo com o *Expresso* (2024).

À espera dos resultados

As mudanças não são necessariamente para pior. No Tâmega e Sousa, três profissionais contactados pela *SÁBADO* relatam que a unidade está “globalmente” a funcionar bem, citando a melhoria de indicadores como os pagamentos das cirurgias adicionais, reduzidos de um ano para três meses (as queixas dos utentes, por outro lado, parecem estar a aumentar, embora a variação de 5% entre outubro de 2024 e de 2025 ainda abranja cinco meses da anterior administração).

Em Gaia, onde aconteceu uma das transições mais mediatizadas após os bons resultados da administração que estava desde 2019,



❸ Sara Mota, a nova presidente da ULS Trás-os-Montes e Alto Douro, recebeu os parabéns do PSD de Vila Real pela nomeação no mês passado

os indicadores até outubro passado sugerem um declínio: apesar de ter mais recursos humanos, a quantidade de utentes em lista de espera para consulta no tempo recomendado caiu 4%, o número total de intervenções cirúrgicas diminuiu 4,8%, e as queixas dos utentes na Entidade Reguladora de Saúde saltaram 41%. O pedido de demissão do diretor de Ima-

Fim de mandato

Dez administradores cessaram funções no fim de 2025

Substituições estão em curso. Ao que a *SÁBADO* apurou, para a **ULS de Matosinhos** deverá ir o médico Nelson Pereira, ex-administrador do Tâmega e Sousa e diretor da Unidade Autónoma de Gestão de Urgência e Medicina Intensiva do São João. Para **Coimbra** fala-se do médico Francisco Maio Matos.

NA ULS DE GAIA/ESPINHO, VÁRIOS INDICADORES SUGEREM QUE A MUDANÇA DE GESTÃO NÃO TROUXE MELHORIA

giologia – que a seguir seria alvo de um processo disciplinar por ter partilhado numa rede social uma queixa que continha endereços de email de colegas – levou à saída de mais sete radiologistas. Os rastreios de cancro da mama caíram 15%.

O retrato de mais dinheiro para menos produção é contrariado pela administração liderada por Luís Matos, militante do PSD com experiência hospitalar (transitou do Hospital da Prelada, da Misericórdia do Porto, cronicamente deficitário). A administração cita um défice de “86 milhões de euros” herdado – que a gestão anterior atribuía sobretudo à suborçamento – e aponta um aumento de 4% na produção cirúrgica base e o aumento de 3,7% nas consultas hospitalares, entre outros aspetos positivos.

Um caso flagrante de uma mudança que não corre bem é o da ULS Amadora-Sintra, que serve meio milhão de habitantes e se prepara para mudar de administração novamente – a equipa chefiada por Carlos Sá (sem filiação partidária conhecida), nomeada em março de 2025, demitiu-se em dezembro. “As coisas só pioraram com a saída da anterior administração. Houve sempre uma relação tumultuosa com esta”, diz um médico do Amadora-Sintra. Os profissionais queixam-se de falta de recursos humanos: “Este mês, houve um dia em que estava um médico do quadro sozinho na urgência responsável por 179 doentes”, sublinha outra fonte hospitalar. A *SÁBADO* sabe que a próxima presidente desta ULS será a atual responsável pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, Sandra Cavaco – uma profissional elogiada pelas fontes ouvidas pela *SÁBADO*, mas sem experiência de gerir hospitais. ❶

Banca quer dar 1,8% de aumento salarial após anos de jackpot nos lucros

Negociações salariais para 2026 arrancaram sob clima tenso. Instituições financeiras estão a oferecer entre 1,5% e 1,8%. Sindicatos querem mais: os da UGT pedem o triplo. O independente SNQTB ainda não revela números.

Os números escondem uma realidade complexa: nas negociações para os aumentos salariais em 2026, os principais bancos estão a colocar em cima da mesa das negociações valores entre 1,5% e 1,8%; os sindicatos querem muito mais. Os da UGT exigem 4,6% a 5,7%. A outra grande organização sindical do setor, o independente Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB), ainda não revelou a exigência para este ano.

O processo, no entanto, ainda vai no início. As rondas negociais para os aumentos de 2026 começaram no outono. E já tiveram avanços, mas estão ainda longe de chegar a um termo. Até porque o processo é complexo: alguns bancos, como o BCP, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Montepio e o Crédito Agrícola negociam diretamente com os sindicatos. Outras, como o Santander, o BPI ou o Novo Banco, estão integradas no Grupo Negocial das Instituições de Crédito (GNIC), que fala a uma só voz e de cujas reuniões com os sindicatos resultam números transversais, aplicáveis no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do setor.

As organizações da UGT (das quais o maior sindicato da banca é o Mais) começaram por exigir atualizações de 5,7% — igual ao acréscimo previsto para o Salário Mínimo Nacional neste ano. A banca pôs em cima da mesa um valor de 1,5%, mas nalguns casos (como o da CGD e o do GNIC) a proposta já foi revista em alta para 1,8%. Não chega, diz o Mais — que no caso das negociações com o GNIC até já baixou a proposta para 4,6%.

A profissão é hoje caracterizada “pelos baixos salários e dificuldades financeiras face ao aumento do custo de vida”, diz ao Negó-



Marilene Alves

Há bancos que negociam em bloco. Outros dialogam individualmente.



A profissão [tem] baixos salários e dificuldades face ao aumento do custo de vida.

ANTÓNIO FONSECA
Presidente do Mais Sindicato



Queremos [...] medidas para suprir as dificuldades de obter habitação pelos bancários.

PAULO MARCOS
Presidente do SNQTB

Negociações permanentes

As negociações entre os bancos e os sindicatos para a atualização da remuneração dos trabalhadores em Portugal são complexas e demoradas. Chegam a prolongar-se o ano quase inteiro e envolvem, por um lado, frentes sindicais que nem sempre se entendem — e por vezes chegam mesmo a criticar-se mutuamente em público —, e por outro, uma representação dispersa das instituições financeiras, que nuns casos é individual e noutros é feita em conjunto, através do Grupo Negocial das Instituições de Crédito (GNIC). A complexidade do processo é de tal forma grande que tipicamente as negociações só são terminadas no segundo ou terceiro trimestre de cada ano, havendo depois lugar a pagamentos com retroativo desde janeiro. Em setembro ou outubro iniciam-se as conversas para os aumentos salariais do ano seguinte. Que demoram até ao final do verão ou início do outono posterior. E o ciclo repete-se.

cios o presidente do Mais Sindicato, afeto à UGT. António Fonseca argumenta que a proposta da banca para os aumentos “é cega, arrogante e gananciosa”, ao contrário dos números “financeiramente aceitáveis” exigidos pelos sindicatos.

O SNQTB quer alargar o âmbito na negociação. “Queremos que, além da discussão dos aumentos salariais, haja medidas

para os trabalhadores há vários anos estagnados e medidas objetivas para suprir as dificuldades de obter habitação pelos bancários, através da subida do valor disponível para aquisição e com apoio ao arrendamento”, diz ao Negócios o presidente do SNQTB, Paulo Marcos.

Este sindicato é independente e ainda não terminou as negociações de 2025. Em setembro, anunciou que não aceitava o aumento proposto de 2,5% e ia “recorrer aos auspícios da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho para tentar desbloquear a situação”. O processo continua na DGERT. Para 2026 ainda não revela números.

Seguem-se novas reuniões. No caso específico do BCP, o banco ainda não respondeu à proposta inicial dos sindicatos afetos à UGT. O próximo encontro é esta semana e o Mais ameaça sair da sala se até lá a instituição liderada por Miguel Maya não avançar números.

Ao mesmo tempo, há dois casos de avanços que terão impacto na remuneração dos trabalhadores. O Banco Montepio já se adiantou: decidiu desde já atribuir um aumento de 1,5% aos trabalhadores, sujeito a revisão em função das negociações. Os funcionários do Novo Banco já sabem que independentemente das negociações salariais que decorrem, deverão receber um bónus equivalente a dois salários, decidido após a venda aos franceses do BPCE.

Nos primeiros nove meses de 2025, o lucro somado dos cinco maiores bancos foi de 3,9 mil milhões de euros, numa descida de 0,4% face ao mesmo período de 2024. CGD, BCP, BPI, Novo Banco e Santander empregavam cerca de 25 mil pessoas. O setor está prestes a apresentar os resultados do ano passado. ■ HN



O Governo alterou as regras da lei através de um decreto-lei. PS pediu a apreciação parlamentar.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO

Nova regra trava apoios a trabalhadores não declarados

Em caso de trabalho não declarado, passou a assumir-se que as empresas pagam três meses retroativos de contribuições, em vez de 12. Prazo é inferior ao exigido para acesso a subsídio de desemprego, de doença ou licença parental inicial. Governo é ouvido esta quarta-feira.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
caterinapereira@negocios.pt

Quando é detetado um trabalhador não declarado à Segurança Social passou a presumir-se que, a não ser que haja prova em contrário, a relação de trabalho começou três meses antes, em vez dos doze que se assumiam até ao

final do ano passado. Além de reduzir as contribuições a pagar pelas empresas incumpridoras, a regra que entrou em vigor em janeiro tem efeitos sobre a carreira contributiva do trabalhador, dificultando o acesso aos principais apoios contributivos.

O novo prazo de três meses é inferior aos descontos exigidos para acesso a prestações contributivas como o subsídio de desemprego, o subsídio de doença

ou o subsídio parental inicial. Em causa está o chamado "prazo de garantia" de cada uma das prestações que exigem um determinado número de meses de descontos.

No caso do subsídio de desemprego, o prazo de garantia é de doze meses (360 dias de descontos nos 24 meses anteriores ao desemprego), tal como determina o decreto-lei que o enquadra.

No caso do subsídio de doença é de seis meses civis, seguidos ou interpolados, podendo incluir o mês da doença (bastando um dia de descontos nesse mês). O guia prático publicado pelo Instituto da Segurança Social assegura que os seis meses de descontos exigidos podem ser feitos "para a Segurança Social ou outro sistema de proteção social, nacional ou estrangeiro" que "assegure um subsídio em caso de doença".

No caso da licença parental (incluindo subsídio parental inicial) é também de seis meses civis, seguidos ou interpolados, podendo incluir o mês do nascimento, com a legislação a determinar que quando não há registo de remunerações durante seis meses consecutivos o prazo recomeça a contar. Os subsídios exclusivos do pai e da mãe após o parto só são atribuídos se houver pelo menos um mês de descontos nos últimos

ID: 121269627

28-01-2026

Armando França/AP



12

DESEMPREGO

O subsídio de desemprego exige 12 meses de descontos, mais concretamente, 360 dias nos 24 meses anteriores.

6

DOENÇA

O subsídio de doença exige 6 meses civis de descontos, seguidos ou interpolados, podendo considerar o mês da doença.

seis. O guia prático da Segurança Social explica que os seis meses de descontos podem igualmente ser feitos para a Segurança Social ou outro sistema de proteção social, nacional ou estrangeiro, desde que não se sobreponham.

Ora, com as novas regras, nos casos em que seja detetada uma situação de trabalho não declarado – e a não ser que seja feita prova de uma outra data concreta de início da relação de trabalho – “presume-se que o trabalhador iniciou a prestação de trabalho ao serviço da entidade empregadora faltosa no primeiro dia do terceiro mês ao da verificação de incumprimento”. A empresa tem por isso de pagar os descontos relativos aos três meses anteriores, com efeitos na carreira da pessoa em causa.

Assim, caso seja detetado um trabalhador não declarado, o acesso subsequente a estes apoios numa situação imediata de desemprego, doença ou parentalidade, pode tornar-se inviável, especialmente se não tiver registos anteriores de remunerações. E mesmo que mais tarde consiga aceder, o valor da

prestação pode ser prejudicado.

Há outros apoios não contributivos, financiados por impostos e dirigidos a famílias de baixos rendimentos, com condições variáveis, que nalguns casos podem assegurar proteção, mas, por exemplo, no caso do subsídio social de desemprego inicial também são exigidos seis meses de descontos. Noutras prestações contributivas, como as pensões, a carreira também acabará por ter algum impacto.

Antes da entrada em vigor do novo decreto-lei, entre maio de 2023 e dezembro do ano passado, a presunção de trabalho era

6

LICENÇA PARENTAL

O subsídio parental inicial exige seis meses de descontos, seguidos ou interpolados.

retroativa aos doze meses anteriores. Antes de maio de 2023, data de entrada em vigor da chamada “agenda do trabalho digno” do anterior governo de António Costa, era retroativa aos seis meses anteriores, regra que já vigorava em 2009.

Risco de construção “artificial” da carreira

A relação entre a redução do prazo e o acesso a apoios foi feita pelo Governo, que numa primeira resposta ao Negócios, em dezembro, sugeriu que quer evitar a possibilidade de manipulação da carreira contributiva.

“No âmbito do plano de combate à fraude foi identificada a possibilidade de constituição artificial de prazos de garantia para acesso a prestações que a norma com o prazo atualmente previsto de 12 meses propicia, tendo sido tomada decisão de redução para 3 meses para esta penalização”, justificou fonte oficial do Ministério do Trabalho (MTSSS), a 10 de dezembro.

O Negócios perguntou esta segunda-feira ao gabinete da ministra Rosário Palma Ramalho se em causa está apenas uma possibilidade teórica ou se há casos concretos e documentados de manipulação de prazos de garantia para acesso a prestações, e quais, mas não obteve resposta até à hora de publicação deste artigo.

Também não houve resposta sobre o risco de se estar a dificultar o acesso a prestações em todos os casos de trabalho não declarado, incluindo os que dizem respeito a trabalhadores não informados sobre direitos e deveres.

O que o Governo tinha sublinhado, nas respostas de dezembro, é que a violação da obrigação de comunicar à Segurança Social a admissão do trabalhador continua a constituir uma contraordenação muito grave.

A redução da retroatividade no pagamento e reconhecimento de descontos soma-se à intenção de descriminalizar o trabalhador não declarado, medida prevista no anteprojeto de alterações ao Código do Trabalho que está em discussão desde julho. Esta quarta-feira, a secretária de Estado da Segurança Social, Filipa Lima, é ouvida no Parlamento a requerimento do PS, que também pediu a apreciação parlamentar do decreto-lei que altera o código contributivo, uma lei da Assembleia da República. ■

TOME NOTA**O que muda na declaração de trabalhadores e registo de salários?**

O governo publicou três diplomas que alteram o código contributivo com o objetivo de “simplificar o ciclo contributivo”. Explicamos algumas das principais alterações introduzidas:

- A nova legislação, que entrou em vigor em janeiro, determina que a admissão de trabalhadores é obrigatoriamente comunicada pelas entidades empregadoras à Segurança Social “até ao início da execução do contrato” de trabalho. O Governo desvaloriza, mas o PS também questiona esta alteração, já que de acordo com as regras anteriores a comunicação tinha de ser feita “nos quinze dias” anteriores ao início da produção de efeitos do contrato, o que sugeria a véspera como prazo máximo.

- Na falta de cumprimento dessa obrigação, passou a presumir-se que o trabalho se iniciou no primeiro dia do terceiro mês anterior ao da verificação do incumprimento (antes era no primeiro dia do 12.º mês).

- A comunicação da admissão de trabalhadores domésticos passou a ser feita, obrigatoriamente, na Segurança Social direta (antes de janeiro podia ser por qualquer meio escrito).

- A declaração de remunerações era apresentada, para cada trabalhador, até dia 10 do mês seguinte. Agora, a Segurança Social presume que os valores “permanentes” se mantêm e a empresa deve confirmar ou comunicar a alteração devido a aumentos salariais, ausências que alteram os dias de trabalho ou prestações variáveis como bónus, até dia 20 do mês seguinte. Se a empresa não responder, o sistema assume que os valores apresentados por defeito estão corretos. A remuneração registada na carreira contributiva, que é importante por condicionar o acesso e o valor das futuras prestações sociais, pode ser consultada pelos trabalhadores no Portal da Segurança Social.

- Se não for cumprido o prazo é permitido que seja corrigido, com contraordenação leve, nos 60 dias subsequentes (em vez de 30 dias como até agora estava previsto). Passado este prazo, a contraordenação é considerada grave.

- As contribuições passam a ser pagas entre o dia 1 e 25 do mês seguinte (e não a partir de dia 10 e até dia 20, que é o prazo que até agora vigorava).

- A transição para o novo modelo é facultativa este ano mas, feita a adesão, que produz efeitos no mês seguinte ao registo, torna-se definitiva, pelo que as empresas deixam de poder entregar as declarações de remunerações pelo modelo antigo. A transição torna-se obrigatória a partir de 31 de dezembro de 2026, com todas as entidades empregadoras abrangidas pelo novo modelo de simplificação do ciclo contributivo a partir do próximo ano. Outros detalhes e aspetos práticos podem ser consultados em maior detalhe na página da Segurança Social.

Novo código contributivo fragiliza apoios no trabalho não declarado

ATUALIDADE 12 e 13

ID: 121269640

28-01-2026

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Seguro “incapturável” frente a Ventura “cancelado” pela direita

Os apoios do campo da direita política à candidatura de António José Seguro na segunda volta das presidenciais serviram para definir, novamente, a disputa para as eleições de 8 de fevereiro em torno daquela que poderá ser a atuação do favorito das sondagens, o candidato apoiado pelo Partido Socialista, mas também pelas principais lideranças históricas à direita, de Cavaco Silva a Paulo Portas.

“Eu não sou capturável. Sou livre e vivo sem amarras”, garantiu Seguro perante a sugestão, da parte de André Ventura, de que os apoios agora recolhidos colocariam o adversário sob risco de “captura” e também de que este não oferece garantia de que “vai ser exigente” com o Governo.

Do lado posto da mesa de debate, André Ventura, o presidente do Chega, veio defender que o alinhamento do campo centro-direita a favor de Seguro significará, mais do que um apoio ao candidato adversário, uma rejeição da sua candidatura. “É sobre cancelarem-me a mim”, defendeu. Seguro respondeu com o facto de ter tido uma votação superior a “1,7 milhões de portugueses, que são o povo” na primeira volta e sugeriu que o adversário terá de lidar com o “embaraço” de se proclama o líder de uma direita que, até ver, não o está a escolher.

Naquele que será o único



André Ventura e António José Seguro confrontaram-se no único debate da segunda volta das presidenciais.

frente-a-frente até à escolha do próximo inquilino de Belém, a interpretação das funções presidenciais, eventuais revisões constitucionais, a saúde e as leis laborais foram outros dos temas discutidos.

Sobre as alterações às leis laborais, Ventura defendeu que a revisão “vai num sentido contrário ao de melhorar as qualificações, não valorizar o trabalho mais do que os subsídios”, estando de acordo que “as questões de diferenças salariais entre homens e mulheres têm de ser resolvidas”. “Precisamos de uma lei laboral que seja moderna e não de um bar aberto de despedimentos ou de

precariedade”, vinhou. O líder do Chega disse ainda que a “concertação social poderia ter ido mais longe” e também o trabalho do Governo com os partidos. Acrescentou que, se a lei se mantiver como está, tanto na instância parlamentar como se chegar a Presidente da República, esta não passará. O líder do Chega aludiu a 20 tópicos que é preciso mudar na lei laboral.

Já António José Seguro referiu que a sua apreciação sobre o que serão as alterações às leis laborais dependerá daquilo que chegar a Belém. “Se chegar o decreto atual, vetarei politicamente, porque vem criar mais insta-*

bilidade social”, assinalando matérias como os contratos a termos, o outsourcing, o banco de horas individual. “São matérias que precisam de ser resolvidas.”

Contudo, Seguro tem “a expectativa que haja evolução e haja diálogo” na concertação social.

No relacionamento com o Governo, enquanto Ventura mostrou que colocaria à frente da necessidade de não criar conflitos institucionais a necessidade de resolver, por exemplo, os problemas da saúde, Seguro defendeu a necessidade de haver “compromissos” perante ciclos de legislatura cada vez mais curtos. ■

MARIA CAETANO

ID: 121269640

28-01-2026

Seguro “incapturável” frente a Ventura “cancelado” pela direita

ÚLTIMA

ID: 121269690

28-01-2026

Registar trabalhadores domésticos valeu 109 euros por contribuinte

Cerca de 48 mil contribuintes beneficiaram pela primeira vez do incentivo que permite deduzir ao IRS 5% da despesa com o trabalho doméstico. Em 2026, prazo para comunicar salários vai até 2 de Março

Raquel Martins

Em 2025, 47.605 contribuintes beneficiaram do novo incentivo fiscal que lhes permite deduzir ao IRS uma parte do salário pago aos trabalhadores do serviço doméstico. Ao todo, revelam os dados solicitados ao Ministério das Finanças, a dedução à colecta ascendeu a 5,2 milhões de euros, o que significa que, em média, cada um destes contribuintes conseguiu deduzir ao IRS de 2024 um valor próximo de 109 euros.

Esta contagem, sublinha o ministério liderado por Miranda Sarmiento, “é apenas relativa a contratos de serviço doméstico declarados à Segurança Social e comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira”. Isso significa que pode haver famílias com trabalhadores domésticos não declarados e que ficam à partida excluídos do incentivo.

A possibilidade de os contribuintes deduzirem ao IRS uma parte do salário pago aos trabalhadores do serviço doméstico foi introduzida com a lei do Orçamento do Estado para 2024, no rescaldo da entrada em vigor de um conjunto de alterações à legislação laboral que passou a criminalizar o trabalho não declarado. Na altura, a medida foi apresentada como uma forma de incentivar a regularização das pessoas que fazem limpezas em casa e, desde então, os contribuintes podem deduzir 5% do “valor suportado por qualquer membro do agregado familiar a título de retribuição por prestação de trabalho doméstico”, tendo como limite 200 euros por agregado.

O primeiro ano em que este benefício fiscal se aplicou foi em 2024, embora só em 2025 (quando entregaram a declaração de rendimentos do ano anterior) os contribuintes tenham sentido o seu impacto.

Na campanha de IRS que agora se inicia, e que diz respeito a 2025, os contribuintes têm de estar atentos a um conjunto de passos e de prazos para poderem beneficiar desta dedução, lembra Ana Rita Carvalho, fiscalista do escritório de advogados MFA Legal&Tech. Em primeiro lugar, o empregador tem de declarar o vínculo com o trabalhador doméstico à Segurança Social e pagar as contribuições devidas. Este registo há muito que é obrigatório, mas com a criminalização do trabalho não declarado acabou por ser reforçado. Mais



MANUEL ROBERTO

Trabalho doméstico é assegurado maioritariamente por mulheres em Portugal

tarde, terá de comunicar à Autoridade Tributária (AT) os vencimentos pagos a esse empregado e pode fazê-lo de duas formas: na declaração anual Modelo 10 ou na Declaração Mensal de Remunerações (DMR).

A generalidade dos contribuintes com trabalhador doméstico registado na Segurança Social tem de entregar

o Modelo 10 até ao final de Fevereiro. Como em 2026 o último dia do mês coincide com um sábado, o prazo vai até ao dia útil seguinte: 2 de Março.

No site da AT é possível pesquisar o nome desta declaração na barra de pesquisa, sendo o contribuinte encaminhado para a área de preenchimento. É preciso indicar o valor total

da remuneração paga efectivamente no ano anterior e o montante das contribuições sociais a cargo desse trabalhador (apenas essa fatia, não a que é suportada pelo empregador).

Contudo, nem todos os empregadores têm de entregar o Modelo 10. É o caso dos que têm um contrato com o trabalhador doméstico que segue o regime de descontos para a Segurança Social de acordo com a remuneração efectivamente recebida, que são obrigados a entregar todos os meses a Declaração Mensal de Remunerações (DMR). O mesmo acontece com as pessoas que, embora paguem um salário à hora (no regime convencional), são obrigadas a fazer a retenção na fonte e a submeter a DMR pelo facto de o vencimento total superar o limite da isenção da retenção na fonte de IRS.

Adicionalmente, a Segurança Social tem até ao dia 15 de Fevereiro para enviar ao fisco a informação sobre os empregadores singulares que declararam ter um trabalhador doméstico, assim como a retribuição e os descontos pagos no ano anterior.

No entanto, para o cálculo dos 5%, a referência não é o valor da retribuição declarada à Segurança Social (que nalguns casos pode ser inferior ao montante pago, porque estes trabalhadores estão enquadrados num regime especial), mas sim os salários realmente pagos pela prestação do trabalho doméstico, como esclareceu no ano passado o Ministério das Finanças.

Um terceiro passo para ter acesso ao benefício fiscal acontece no momento da entrega da declaração de IRS (em 2026, o processo decorre entre 1 de Abril e 30 de Junho).

O contribuinte terá de estar atento ao Anexo H. Caso tenha entregado as DMR ou o Modelo 10 e se a informação assumida estiver correcta, só terá de responder que não pretende adicionar outras despesas. Se a informação não estiver devidamente registada, terá de adicionar uma nova despesa, identificar o código 666 e incluir o valor do encargo que teve com o trabalhador.

No segundo caso, alerta Ana Rita Carvalho, “o que pode acontecer é que a AT, uma vez que ou não tem o valor correcto ou não tinha esta despesa devidamente assinalada, pode vir pedir a justificação ou um documento comprovativo que ateste esta despesa”.

Domésticos

Registar trabalhadores valeu 109 euros por contribuinte

Cerca de 48 mil contribuintes beneficiaram pela primeira vez de incentivo no IRS com a despesa por trabalho doméstico **Economia, 22**



A maioria das fardas não tem nódoa



Bruno Pereira

Estas últimas semanas têm sido particularmente penosas e confrangedoras para as forças de segurança, com dois episódios que marcaram a agenda mediática: um referente à acusação a dois polícias pela prática de atos hediondos e desumanos cometidos numa esquadrá; e um outro relativo a um agente detido na passada semana por integrar uma famigerada organização extremista de matriz ultranacionalista, ou direita-radical, intitulada 1143. Ora, estes casos, por muito isolados que sejam, dão lastro à velha discussão sobre o nível de infiltração da extrema-direita nas forças policiais, e, pior, põem em séria crise a reputação e confiabilidade destas instituições perante os cidadãos, sendo o dano ainda maior quando estamos a falar de verdadeiros esteios da democracia que, de certa forma, são o termómetro da estabilidade e paz social.

Não menorizamos de forma alguma a gravidade associada a estes factos, mas, como muitas vezes apelámos, é preciso ter muito cuidado – sobretudo os interlocutores com funções de responsabilidade, quer na política, quer na comunicação – para evitar fazer exercícios pouco sustentados, sem evidências científicas, que podem alimentar falsas percepções, ou pior, demonizações e estereótipos errados, que maculam milhares de respeitáveis profissionais que prestaram um singular e solene compromisso de defender a Constituição e dar a vida em prol de terceiros, se preciso for. Este é um juramento que não se pode questionar de ânimo leve, por muito que estes episódios mereçam o nosso veemente repúdio. Como comandante da polícia, como presidente do Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia, e também como jurista, não posso deixar de manifestar a minha vergonha e desagrado, já que isto é a antítese da essência policial.

O sistema democrático, com todos os seus contrapesos, soube responder em ambas as situações, tendo os suspeitos sido investigados, detidos e levados à justiça, no primeiro caso pela própria PSP – Comando Metropolitano de Lisboa, que agiu bem e agiu rápido, e, no segundo, pela Polícia Judiciária (PJ), que deteve mais 36 pessoas por promoção organizada de crimes de ódio e apelo à violência contra minorias, com destaque para os migrantes, numa operação que visou responder aos crimes de ódio que, por várias razões, não têm parado de aumentar, com um crescimento de 318% entre 2020 (132) e 2024 (421), uma realidade bem diferente da dos 64 casos em 2025, referidos pelo director da PJ na semana passada.

Mas será que temos mesmo um problema endémico de infiltração das forças de

segurança pela extrema-direita como acontece noutros países, merecendo preocupações de monta como nos EUA [onde hoje se regista uma enorme militância e simpatia de polícias por este ideário], França, Reino Unido e, mais recentemente, Alemanha? Por muito que não hesitemos em olhar para estes casos como “fruta podre”, usando a expressão da ex-ministra Margarida Blasco, não se pode afirmar, de modo algum, que essa tendência de outros países verdadeiramente exista entre nós. Ou que haja, pegando agora nas palavras da actual ministra da Administração Interna, Lúcia Amaral, evidências de uma cultura geracional de violência na polícia, partilhada pelos mais jovens, afinando pelo diapasão de estudos sociológicos recentes que apontam nesse sentido. O que deveria ter sido também realçado, a propósito de cultura de violência, era que as estatísticas referentes às agressões contra os elementos das forças policiais não têm parado de aumentar, com quase 2000 situações todos os anos, e levaram o Governo a intervir, agravando as penas de crimes contra polícias.

Perscrutando os dados da Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI), nos últimos quatro anos (2022 a 2025), entre PSP

e GNR, de entre as centenas de denúncias e casos reportados, há a registar a aplicação de “apenas” 32 penas de suspensão, nenhuma demissão, e quase uma centena de arquivamentos. Tratando-se, em abstrato, das situações mais graves, há que reter que a percentagem de condenações não é alta, ainda que a existência de um único caso mereça a atenção de todos nós, e sobretudo da GNR e PSP, já que relativamente às outras polícias não existem (estranhamente) dados reportados.



Não menorizamos a gravidade dos factos, mas apelamos a que se evite alimentar falsas percepções ou estereótipos que maculam milhares de profissionais

Mas, então, o que dizer do recrutamento e formação? Há quem tenha vindo a duvidar da sua afinação, no sentido de filtrar adequadamente candidatos para que casos como estes não ocorram. Desde logo, nenhum sistema é infalível e, ao longo da vida, nem todos se conseguem manter impermeáveis às tentações de abuso de autoridade, ou à cultura misógina e xenófoba (e sobretudo quando há ingressos de indivíduos muito jovens, ainda longe do processo de maturação experiencial). Não é que não possamos rever os mecanismos de despiste, psicológico e psicotécnico, mas as centenas de candidatos que todos os anos ficam pelo caminho mostram bem o rigor que existe, e que deve ser reforçado, nas escolas policiais. Mais importante é, nas fases subsequentes, assegurar e melhorar programas de mentoria (já aplicados há muitos anos na PSP), tal como investir e reforçar a supervisão e comando nestas estruturas. Mas, para isso, é preciso valorizar o veteranismo dos polícias (o que sucede cada vez menos) e incrementar os ingressos nas estruturas de liderança, intermídia e superior, que nunca foram tão baixos.

Para finalizar, e para quem possa achar que a polícia não implementa medidas que visem mitigar problemas desta natureza, para lá de uma forte componente formativa na área dos direitos humanos há lógicas operacionais que estão implementadas e que visam reduzir o risco, ou fechar janelas de oportunidade para violação destes direitos. A título de exemplo, veja-se, desde logo, (1) o facto de as detenções e privações de liberdade serem obrigatoriamente comunicadas às estruturas de controlo e supervisão, e (2) a condução destes cidadãos ser assegurada por polícias não envolvidos no processo. Estes cuidados reduzem o risco, por permitirem a desaceleração hormonal, sobretudo em situações de elevado stress e/ou uso da força. Mas, com estas medidas, concorrem outras que futuramente auxiliarão a alcançar este desiderato de prevenção de abusos: é o caso da adoção das famosas *bodycams*, que o Governo anunciou esta semana, e que se constituirão como um forte elemento dissuasor; tal como a introdução de sistemas de videovigilância nas instalações policiais.

Estes acontecimentos recentes deixam-nos todos a pensar, e são indiscutivelmente nódoas na farda e (sobretudo) na honorabilidade dos muitos que continuam a servir inexcedivelmente a causa pública, sendo os primeiros a censurar quem coloque em causa o seu juramento.

É, portanto, legítimo o desagrado, mas não que se coloque em dúvida algo que a maioria dos portugueses sabe: é que podem continuar a confiar nas forças de segurança, e em especial na Polícia de Segurança Pública, pois estes milhares de profissionais continuarão a honrar os pergaminhos da sua essência, afastando os poucos que deles queiram abdicar.

Presidente do SNOPI – Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia e docente universitário



NUNO FERREIRA SANTOS

ID: 121270431

28-01-2026

LISBOA. AUTARCA REVOLTADA SAI DO CHEGA

A VEREADORA CONTRA

Gabinetes trancados, contratação de *boys* e nomeação da namorada de Bruno Mascarenhas levaram

A porta estava fechada à chave, e não tinha como abri-la. Ana Simões Silva, vereadora eleita pelo Chega em Lisboa, não conseguia aceder ao seu próprio gabinete na câmara de Lisboa, partilhado com o outro vereador do partido, Bruno Mascarenhas. Não aconteceu uma vez, nem duas, mas várias. E, nas reuniões de vereação, “não tinha direito a *input* [voz] político”, “nem pôde escolher um único assessor”, contam fontes do gabinete e da câmara.

A falta de espaço político de Ana Simões Silva acontecia enquanto assistia a Bruno Mascarenhas – que fora o cabeça de lista do Chega à autarquia – a escolher a dedo militantes do partido para o gabinete e para empresas municipais. Inclusive a namorada e o braço-direito. No dia 19 de janeiro, em comunicado, passou a vereadora independente.

Ana Simões Silva justificou a saída com “incompatibilidades políticas intransponíveis dentro do gabinete” (“Não posso permanecer como uma vereadora meramente decorativa”, disse), mas nos bastidores a desvinculação é explicada por muitos outros fatores. À SÁBADO, confirma as informações apuradas, mas não as quer desenvolver. “Confirmo e não comento.” E acrescenta: “As incompatibilidades políticas traduzem-se na frase ‘política é a

1 Bruno Mascarenhas foi o candidato do Chega à presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Hoje é vereador

2 Ana Simões Silva, eleita vereadora pelo Chega, passou a independente após vários confrontos com Mascarenhas

3 A militante do Chega nomeada por Moedas para os Serviços Sociais é Mafalda Livermore, namorada de Mascarenhas



ciência moral normativa do governo da sociedade civil’. É no que acredito, numa conduta política com elevação. Como tal princípio não se verificou, surgiu a minha incompatibilidade para continuar na vereação do Chega em Lisboa.”

Filhas e namoradas

Impedida de fazer escolhas para a composição do gabinete de vereação, um dos principais

focos de conflito entre os dois foram as escolhas de Mascarenhas. Em contraste com as palavras de André Ventura no início de janeiro, em campanha presidencial, quando acusou PS e PSD de “distribuírem lugares e tachos por toda a gente”, ao nível local, e no exemplo de Lisboa, praticamente todo o gabinete de vereação foi preenchido com militantes que vieram das listas autárquicas –

**SIMÕES
SILVA DIZ
QUE SOFRIA
BULLYING E
NÃO TINHA
MARGEM DE
MANOBRAS
PARA FAZER
POLÍTICA**

ID: 121270431

28-01-2026

BULLYINGE TACHOS

Ana Simões Silva a bater com a porta. Diz ter sido impedida de fazer política. Por **Alexandre R. Malhado**



FOTOS D.R.

e até a filha de um dirigente.

Trata-se de Madalena Nascimento Magalhães, filha de Carlos Magno Magalhães, secretário-geral adjunto e coordenador autárquico nacional do partido. Recém-licenciada na Faculdade de Direito de Lisboa, foi contratada como jurista. Segundo o contrato, consultado no portal da contratação pública, trata-se de uma avença de dois anos no valor de cerca de 1.200 euros mensais, totalizando 29 mil euros, mais IVA.

Dentro do partido, interpreta-se a contratação como uma tentativa de arregimentar apoios dentro da estrutura para uma potencial candidatura à distrital de Lisboa, uma eleição

SEM CHAVE DE ACESSO, ANA SIMÕES SILVA TERÁ FICADO IMPEDIDA DE ENTRAR NO GABINETE DA VERAÇÃO

BRUNO MASCARENHAS CONTRATOU A FILHA DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CHEGA

que deverá acontecer este ano.

Dentro do gabinete, trabalham ainda os seguintes elementos do Chega: Carla Venâncio e Bruno Brito Lopes (9º e 10º na lista à câmara de Lisboa) e João Vozzone Damião e Maria Delfina Leite (1º e 4º na lista à freguesia de Arroios). Maria Delfina Leite, por exemplo, é cabeleireira de profissão e vai, segundo o contrato, assessorar na área dos espaços verdes, por 1.200 euros mensais durante dois anos. À **SÁBADO**, Ana Simões Silva diz que a sua discordância com estas nomeações deriva de "não ter sido ouvida para a concretização daquelas".

Este desconforto inclui também os nomes indicados por Bruno Mascarenhas, em diálogo



com o presidente da câmara, Carlos Moedas, para a ocupação de lugares em administrações de empresas e órgãos municipais. Terá sido moeda de troca pelo voto favorável do Chega no recente orçamento municipal de Moedas.

Por exemplo, para os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Mascarenhas indicou Mafalda Livermore, militante do Chega com quem mantém uma assumida relação amorosa. Carlos Moedas acabou por indicá-la para vogal do conselho de administração.

Apoiante do Chega, Livermore fez campanha com Mascarenhas nas Autárquicas, onde apareceu como candidata suplente do partido à Assembleia de Freguesia de Alcântara. Apresenta-se como criminologista, formada pela Universidade Metropolitana de Londres, no Reino Unido.

Em Portugal, já tentou ingressar numa carreira no Instituto

Bullying em Lisboa

Antiga funcionária do partido acusa Mascarenhas

Há um padrão, denunciou nas redes sociais Patrícia Branco, ex-assessora do Chega na Assembleia Municipal de Lisboa (AML), cujo grupo parlamentar foi liderado por Bruno Mascarenhas no último mandato (2021-25). "O que fez à senhora vereadora [Ana Simões Silva] foi exatamente o que me fez durante três anos na AML." À **SÁBADO** não quis desenvolver. "A diferença é que eu não me desfiliei e **aguntei o bullying**. A vereadora não esteve para o aturar."

ID: 121270431

28-01-2026

dos Registos e do Notariado, mas sem sucesso. O motivo, segundo a justificação apresentada no procedimento concursal, foi “por não ter junto certificado completo de licenciatura obtida no estrangeiro”. À SÁBADO, a universidade recusou-se a responder: “A Universidade Metropolitana de Londres não pode confirmar nem negar se uma determinada pessoa estudou ou se formou na universidade. As informações sobre o histórico escolar de uma pessoa são dados pessoais e estão protegidas pela legislação britânica de proteção de dados”, disse fonte oficial da faculdade.

Contudo, fonte oficial da Câmara Municipal de Lisboa garante que “foi entregue um CV no departamento de Recursos Humanos, acompanhado das respetivas declarações de habilitações obtidas junto da Universidade Metropolitana de Londres e também da respetiva certidão de reconhecimento e equivalência autenticado pela Universidade do Porto.” Livermore está atualmente a tirar um curso de Direito na Universidade Autónoma de Lisboa.

O novo trunfo de Moedas

Outro elemento que Bruno Mascarenhas queria que Moedas indicasse para uma empresa municipal é Luís Alves. Seu diretor de campanha e número três nas listas, o vereador do Chega queria-o na Gebalis, a empresa municipal de habitação social. Contudo, o executivo camarário estará com dúvidas devido a potenciais litígios de Luís Alves na Venezuela à frente da Teixeira Duarte, noticiados pela SÁBADO em novembro.

O executivo eleito em outubro pela coligação PSD/CDS-PP/IL, governa em minoria, com oito



▲ Carlos Magno Magalhães com as filhas. Madalena Magalhães (à dir.ª) foi contratada por Mascarenhas

● Carlos Moedas precisou do Chega de Bruno Mascarenhas para aprovar o orçamento



Sindicato

Ana Simões Silva – agora vereadora independente – é dentista de profissão. Foi vice-presidente do Sindicato dos Médicos Dentistas

MOEDAS PRECISA DE UM VEREADOR PARA A MAIORIA ABSOLUTA. SIMÕES SILVA PODE DESBLOQUEAR

vereadores – os únicos com pelouros atribuídos –, ficando a um da maioria absoluta. Até ao momento, o Chega tem viabilizado várias propostas do executivo de Carlos Moedas, nomeadamente o novo regimento da autarquia e o orçamento municipal para 2026. Contudo, com esta vereadora

O “empate” em Lisboa Chega e CDU disputaram vereadores até ao fim

O Chega teve 10,10% em Lisboa e por três votos ultrapassou a CDU e assegurou a segunda vereadora, que agora passou a independente. Com este desaire, o Chega perde forças e fica com o mesmo número de vereadores que a CDU.

independente, Moedas poderá usá-la como elemento desbloqueador de propostas, sem o Chega. E deve tentar integrá-la no executivo camarário para alcançar a maioria absoluta. Ana Simões Silva ter-se-á já reunido com Moedas, apurou a SÁBADO. Quererá o autarca oferecer-lhe um pelouro? À SÁBADO, a autarquia não confirmou, frisando apenas: “Damos nota de que, a seu pedido, passou a vereadora independente.”

Para já, Ana Simões Silva – que acabou mesmo por se desfiliar do Chega – garante que terá “excelente comunicação” com o executivo: “A minha relação com o presidente Carlos Moedas e com o executivo foi, é e será de empenho para criar modos de organização que permitam uma excelente comunicação com todos os membros do executivo para que possamos, em conjunto, responder a todos os desafios e organizar a vida dos lisboetas, atendendo às suas necessidades individuais e coletivas.”

À SÁBADO, Bruno Mascarenhas diz que será o líder do partido a prestar esclarecimentos sobre este assunto. André Ventura remeteu a sua posição para depois da segunda volta das Presidenciais, a 8 de fevereiro. Nessa altura, diz, “teremos tempo para falar sobre isto”. ■

Portugal

**GUERRA NO CHEGA**

Em Lisboa, os vereadores do Chega desentenderam-se. E há uma mulher no meio

Mudanças no Subsídio de Mobilidade deixaram “toda a gente estupefacta”

MADEIRA O social-democrata Miguel Albuquerque volta a criticar Governo de Montenegro e acusa ministro das Finanças de desconhecimento.

O presidente do Governo da Madeira (PSD/CDS-PP), Miguel Albuquerque, disse ontem que as alterações no Subsídio Social de Mobilidade foram feitas “à revelia” da região e deixaram “toda a gente estupefacta”, apontando responsabilidades ao Ministério das Finanças. “Segundo percebi, quem teve estas ideias foi o ministro das Finanças”, disse o chefe do Executivo madeirense, afirmando que Miranda Sarmiento fez uma “intervenção delirante” na Assembleia da República sobre a matéria e revelou desconhecimento total da realidade.

Miguel Albuquerque, também líder do PSD/Madeira, falava no plenário da Assembleia Legislativa, no Funchal, no debate mensal temático com o Governo Regional, subordinado ao tema *O novo regime do Subsídio Social de Mobilidade*. Na sua opinião, as alterações ao Subsídio Social de Mobilidade (SSM) publicadas em 6 de janeiro, através do Decreto-lei n.º 1-A/2026, representam “retrocessos inadmissíveis e inúteis” no direito à mobilidade dos cidadãos residentes nas ilhas, nomeadamente no requisito de não-dívida à Autoridade Tributária ou à Segurança Social como condição de atribuição do mesmo. Albuquerque classificou esta medida como uma “incongruência

inaceitável”. “Afinal somos cidadãos de segunda categoria?”, questionou, considerando que, de acordo com esta lógica, o Governo da República também poderá retirar os passes sociais e os apoios à mobilidade a todos os continentais que tenham dívidas ao fisco ou à Segurança Social.

O governante disse esperar que a proposta de alteração apresentada pela maioria PSD/CDS-PP no Parlamento Regional para revogar algumas normas do SSM seja agora aprovada na Assembleia da República: “Nessa altura, veremos quem está connosco e quem continua a olhar para nós como colónias, e não vale a pena lançar cortinas de fumo demagógicas sobre aquilo que é claro e evidente. A votação na Assembleia da República será esclarecedora.”

No debate, o líder do Grupo Parlamentar do JPP, Elvino Sousa, considerou que proposta da maioria constitui um “remendo” e o seu articulado contém uma “cilada jurídica”, na medida em que não impõe o pagamento das viagens para o continente apenas pelo valor facial do subsídio – 79 euros para residentes e 59 para estudantes –, mantendo o adiantamento, pelo passageiro, do preço de compra (há depois um reembolso do valor para além dos 79 e 59 euros, até ao teto máximo de 400 euros). **DN/LUSA**



Miguel Albuquerque preside ao Governo Regional da Madeira.

